



DAVI & CORRÊA

AUDITORES INDEPENDENTES

20^{ANOS}

057/2020 – Poc/Fdd/Fadd/Ja/Mr

Cliente: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR

Assunto: Relatório dos auditores sobre os exames realizados nas demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2016



1 – Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselheiros

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR

Curitiba - PR

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2016, Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário e Demonstrativo das Variações Patrimoniais para o exercício findo naquela data, bem como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto quanto a possíveis efeitos que possam advir da situação mencionada na seção **Base para opinião com ressalva**, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR, em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Circularização advogados

Conforme nota explicativa nº 2.2 H), o Conselho possuía 2 processos que figura como réu no âmbito trabalhista, sendo estimado o pagamento no valor estimado R\$ 115.000,00 não sendo constituídas provisões para contingências considerando o elevado grau de incerteza. Devido ao lapso temporal de nosso trabalho de auditoria realizado no exercício e a falta de apresentação de relatórios jurídicos do período, não nos foi possível determinar se havia necessidade de ajustar esses valores.

Depreciação e amortização

O Conselho vem depreciando o ativo imobilizado utilizando as taxas sugeridas pelas autoridades fiscais, não sendo apresentado relatório sistêmico com os saldos de depreciações do exercício, não observamos ainda valores de amortização sobre a conta intangível. Os valores dos itens do imobilizado são relevantes no contexto geral das demonstrações financeiras, não nos foi possível estimar os impactos sobre os saldos do ativo imobilizado e do patrimônio social, bem como sobre o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais



responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades públicas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



Porto Alegre, 05 de agosto de 2020.

Davi & Corrêa Auditores Independentes S/S
CRC - RS 3.797
Pedro Osório Correa
Contador CRC - RS 42.462/O



2 – Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2016

2.1 – Balanço Patrimonial

2.2 – Balanço Financeiro

2.3 – Balanço Orçamentário

2.4 – Variações Patrimoniais Quantitativas

2.5 – Notas Explicativas

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR**
CNPJ: 14.804.099/0001-99**Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2016****2.1 – Balanço Patrimonial**
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO CIRCULANTE	11.765.670,01	8.453.125,80	PASSIVO CIRCULANTE	418.320,00	226.145,12
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.298.204,75	7.178.609,34	Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assistênciais	0,00	0,00
Créditos a Curto Prazo	2.439.862,58	523.447,36	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	32.259,33	16.288,53
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.604,37	751.069,10	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Variações Patrim. Dim. Pagas Antecipad.	25.998,31	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
			Provisões a Curto Prazo	385.641,48	209.461,07
ATIVO NÃO CIRCULANTE	5.304.288,78	5.241.752,16	Demais Obrigações a Curto Prazo	419,19	395,52
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.651.638,79	13.468.732,84
			Resultados Acumulados	16.651.638,79	13.468.732,84
Imobilizado	5.225.027,62	5.162.491,00			
Bens Móveis	1.235.903,93	975.927,99			
Bens Imóveis	4.549.390,16	4.542.358,16			
(-) Depreciação Acumulada	(560.266,47)	(355.795,15)			
Intangível	79.261,16	79.261,16			
TOTAL ATIVO	17.069.958,79	13.694.877,96	TOTAL PASSIVO	17.069.958,79	13.694.877,96

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR**
CNPJ: 14.804.099/0001-99**Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2016****2.2 – Balanço Financeiro**
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

RECEITA	31/12/2016	31/12/2015	DESPESA	31/12/2016	31/12/2015
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	9.191.830,14	8.882.039,43	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	7.653.063,66	11.135.522,23
RECEITAS CORRENTES	9.191.830,14	8.882.039,43	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	0,00	160.350,00
Receitas de contribuições	2.855.472,33	2.562.042,43	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO	32.259,33	11.135.522,23
Receitas de infrações	0,00	0,00	CRÉDITO EMPENHADO - PAGO	7.620.804,33	
Receitas de serviços	4.920.068,82	4.914.912,73	DESPESAS CORRENTES	7.353.796,39	
Receitas financeiras	1.405.469,37	1.402.198,84	Pessoal	3.658.789,69	
Transferências correntes	0,00	0,00	Material de Consumo	66.462,72	
Outras receitas correntes	10.819,62	2.885,43	Serviços de Terceiros - Pessoa Física	471.191,90	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.789.877,94	
			Encargos Diversos	241.749,46	
			Despesas de Exercícios Anteriores	1.862,08	
			Transferências correntes	123.862,60	
			DESPESAS DE CAPITAL	267.007,94	
			Investimentos	267.007,94	
			CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO		11.135.522,23
			DESPESAS CORRENTES		6.333.332,36
			Pessoal		2.777.173,39
			Material de Consumo		110.973,19
			Serviços de Terceiros - Pessoa Física		469.581,35
			Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		2.639.017,20
			Encargos Diversos		180.886,68
			Despesas de Exercícios Anteriores		0,00
			Transferências correntes		155.700,55
			DESPESAS DE CAPITAL		4.802.189,87
			Investimentos		4.802.189,87
Recebimentos Extraorçamentários	3.100.090,94	13.438.192,54	Pagamentos Extraorçamentários	3.268.669,05	13.706.430,80
Saldo em espécie do Exercício Anterior	7.928.016,38	9.700.330,40	Saldo em espécie do Exercício Seguinte	9.298.204,75	7.178.609,34
TOTAL DAS RECEITAS	20.219.937,46	32.020.562,37	TOTAL DAS DESPESAS	20.219.937,46	32.020.562,37

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR
CNPJ: 14.804.099/0001-99

Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2016

2.3 – Balanço Orçamentário
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	9.472.390,00	9.389.356,00	9.191.830,14	197.525,86
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.942.573,00	2.768.147,40	2.855.472,33	(87.324,93)
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.942.573,00	2.768.147,40	2.855.472,33	(87.324,93)
Anuidades	2.942.573,00	2.768.147,40	2.855.472,33	(87.324,93)
RECEITAS DE SERVIÇOS	6.307.808,00	5.535.090,80	4.920.068,82	615.021,98
Emolumentos com expedição de certidões	0,00	0,00	32.058,77	(32.058,77)
Emolumentos com registro de responsabilidade técnica - RRT	6.307.808,00	5.535.090,80	4.886.463,73	648.627,07
Receitas diversos serviços	0,00	0,00	1.546,32	(1.546,32)
FINANCEIRAS	222.009,00	1.086.117,80	1.407.575,37	(321.457,57)
Juros de mora sobre multa de infrações	0,00	0,00	61.229,19	(61.229,19)
Atualização Monetária	222.009,00	1.086.117,80	1.346.346,18	(260.228,38)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	8.713,62	(8.713,62)
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	8.713,62	(8.713,62)
RECEITAS DE CAPITAL	3.245.587,00	3.502.088,00	0,00	3.502.088,00
Superávit do exercício corrente	3.245.587,00	3.502.088,00	0,00	3.502.088,00
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	12.717.977,00	12.891.444,00	9.191.830,14	3.699.613,86
DÉFICIT	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	12.717.977,00	12.891.444,00	9.191.830,14	3.699.613,86

Continua



Continuação

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CREDITO DISPONÍVEL - DESPESA CORRENTE	9.472.390,50	9.389.357,50	7.386.055,72	7.386.055,72	7.353.796,39	2.003.301,78
PESSOAL	4.050.210,87	4.013.975,52	3.602.704,39	3.602.704,39	3.602.704,39	411.271,13
Pessoal e encargos	3.904.338,87	3.858.660,22	3.473.263,41	3.473.263,41	3.473.263,41	385.396,81
Diárias	145.872,00	155.315,30	129.440,98	129.440,98	129.440,98	25.874,32
MATERIAL DE CONSUMO	168.000,00	141.102,83	66.462,72	66.462,72	66.462,72	74.640,11
Material de consumo	168.000,00	141.102,83	66.462,72	66.462,72	66.462,72	74.640,11
SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA FÍSICA	572.323,00	637.693,96	527.277,20	527.277,20	527.277,20	110.416,76
Remuneração de serviços pessoais	146.400,00	65.722,97	33.113,47	33.113,47	33.113,47	32.609,50
Diárias	220.000,00	331.625,22	316.592,32	316.592,32	316.592,32	15.032,90
Despesas com locomoção	205.923,00	240.345,77	177.571,41	177.571,41	177.571,41	62.774,36
SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA JURÍDICA	3.808.194,00	3.932.049,47	2.822.137,27	2.822.137,27	2.789.877,94	1.109.912,20
Serviços de consultoria	221.000,00	81.682,90	4.500,00	4.500,00	4.500,00	77.182,90
Serviços de comunicação e divulgação	108.000,00	73.600,00	55.167,62	55.167,62	55.167,62	18.432,38
Manutenção sistemas informatizados	714.394,00	797.695,31	709.895,00	709.895,00	709.895,00	87.800,31
Serviços prestados	2.536.800,00	2.639.503,73	1.751.988,20	1.751.988,20	1.719.728,87	887.515,53
Passagens	228.000,00	339.567,53	300.586,45	300.586,45	300.586,45	38.981,08
ENCARGOS DIVERSOS	362.410,00	373.160,00	241.749,46	241.749,46	241.749,46	131.410,54
Encargos diversos	362.410,00	373.160,00	241.749,46	241.749,46	241.749,46	131.410,54
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	1.862,08	1.862,08	1.862,08	1.862,08	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	1.862,08	1.862,08	1.862,08	1.862,08	0,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	321.805,00	140.950,06	123.862,60	123.862,60	123.862,60	17.087,46
Fundo de apoio ao CAU-UF	321.805,00	109.950,06	109.950,06	109.950,06	109.950,06	0,00
Convênios, contratos e patrocínio	0,00	31.000,00	13.912,54	13.912,54	13.912,54	17.087,46
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	189.447,63	148.563,58	0,00	0,00	0,00	148.563,58
Reserva de Contingência	189.447,63	148.563,58	0,00	0,00	0,00	148.563,58
CREDITO DISPONÍVEL - DESPESA CAPITAL	3.245.586,50	3.502.086,50	267.007,94	267.007,94	267.007,94	3.235.078,56
INVESTIMENTOS	3.245.586,50	3.502.086,50	267.007,94	267.007,94	267.007,94	3.235.078,56
Obras, instalações e reformas	1.794.586,50	1.794.586,50	7.032,00	7.032,00	7.032,00	1.787.554,50
Equipamentos e materiais permanentes	1.355.000,00	1.611.500,00	259.975,94	259.975,94	259.975,94	1.351.524,06
Intangível	96.000,00	96.000,00	0,00	0,00	0,00	96.000,00
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	12.717.977,00	12.891.444,00	7.653.063,66	7.653.063,66	7.620.804,33	5.238.380,34
SUPERÁVIT	0,00	0,00	1.538.766,48	0,00	0,00	0,00
TOTAL	12.717.977,00	12.891.444,00	9.191.830,14	7.653.063,66	7.620.804,33	3.699.613,86

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR**
CNPJ: 14.804.099/0001-99**Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2016****2.4 – Demonstrativo das Variações Patrimoniais**
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

	31/12/2016	31/12/2015		31/12/2016	31/12/2015
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	11.109.963,40	8.947.263,60	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	7.927.057,45	6.612.419,82
CONTRIBUIÇÕES	4.771.997,39	2.627.266,60	PESSOAL E ENCARGOS	3.649.443,82	2.719.536,50
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	4.771.997,39	2.627.266,60	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	3.214.607,22	2.402.194,61
Contribuições sociais	4.771.997,39	2.627.266,60	Remuneração a pessoal - RPPS	3.214.607,22	2.402.194,61
			ENCARGOS PATRONAIS	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS DIRETOS	4.920.360,74	4.915.320,05	Encargos Patronais - RPPS	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	4.920.360,74	4.915.320,05	BENEFÍCIOS A PESSOAL	434.836,60	317.341,89
Valor bruto de Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	4.920.360,74	4.915.320,05	Benefícios a pessoal - RPPS	434.836,60	317.341,89
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	1.407.173,61	1.404.603,64	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	4.153.751,03	3.737.182,77
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	1.407.173,61	1.404.603,64	USO DE MATERIAL EM CONSUMO	66.462,72	110.973,19
Multas sobre anuidades	1.299.604,00	1.320.561,25	Consumo de Material	66.462,72	110.973,19
Juros e encargos de mora	63.225,35	55.299,59	SERVIÇOS	3.882.816,99	3.466.299,71
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	44.344,26	28.742,80	Diárias	446.033,30	391.349,16
			Serviços de Terceiros - Pessoa Física	511.271,33	492.993,73
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	10.431,66	73,31	Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.925.512,36	2.581.956,82
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	70,83	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	204.471,32	159.909,87
Receitas não identificadas	0,00	70,83	Depreciação	204.471,32	159.909,87
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	10.431,66	2,48			
Variações patrimoniais aumentativas decorrentes de fatos diversos	1.718,04	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	123.862,60	155.700,55
Indenizações	8.713,62	2,48	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	123.862,60	155.700,55
			Transferências intragovernamentais	123.862,60	155.700,55
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS	11.109.963,40	8.947.263,60	TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS	7.927.057,45	6.612.419,82
RESULTADO PATRIMONIAL					
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	3.182.905,95	2.334.843,78
TOTAL	11.109.963,40	8.947.263,60	TOTAL	11.109.963,40	8.947.263,60

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR
CNPJ: 14.804.099/0001-99

Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2016

2.5 – Demonstrativo dos Fluxos de Caixa
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	31/12/2016	31/12/2015
INGRESSOS		
RECEITAS CORRENTES	9.191.830,14	8.882.039,43
Receitas de Contribuições	2.855.472,33	2.562.042,43
Anuidades	2.855.472,33	2.562.042,43
Receitas de Serviços	4.920.068,82	4.914.912,73
Emolumentos com Expedições de Certidões	32.058,77	33.919,20
Emolumentos com Registro de Responsabilidade Técnica - RRT	4.886.463,73	4.878.921,85
Receitas Diversas de Serviços	1.546,32	2.071,68
Financeiras	1.405.469,37	1.402.198,84
Juros de Mora sobre Multas de Infrações	61.229,19	52.487,47
Atualização Monetária	1.344.240,18	1.349.711,37
Transferências Correntes	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	10.819,62	2.885,43
Receitas não Identificadas	0,00	70,83
Indenizações e Restituições	8.713,62	2,48
Multa de infrações	2.106,00	2.812,12
Ingressos Extraorçamentários	0,00	13.438.192,54
Outros Ingressos	3.817.238,65	0,00
DESEMBOLSOS		
CRÉDITO EMPENHADO - PAGO		
Despesa Corrente	7.353.796,39	0,00
Pessoal	3.658.789,69	0,00
Material de Consumo	66.462,72	0,00
Serviços de Terceiros - Pessoa Física	471.191,90	0,00
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.789.877,94	0,00
Encargos Diversos	241.749,46	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	1.862,08	0,00
Transferências Correntes	123.862,60	0,00
Desembolsos Extraorçamentários	0,00	13.706.430,80
Despesa Corrente	0,00	6.333.332,36
Pessoal	0,00	2.777.173,39
Material de Consumo	0,00	110.973,19
Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0,00	469.581,35
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	2.639.017,20
Encargos Diversos	0,00	180.886,68
Transferências Correntes	0,00	155.700,55
Outros Desembolsos	3.268.669,05	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2.386.603,35	2.280.468,81
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
INGRESSOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS		
Crédito Empenhado Pago	(267.007,94)	0,00
Investimentos	(267.007,94)	0,00
Crédito Empenhado Liquidado	0,00	(4.802.189,87)
Investimentos	0,00	(4.802.189,87)
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(267.007,94)	(4.802.189,87)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.119.595,41	(2.521.721,06)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	7.178.609,34	9.700.330,40
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	9.298.204,75	7.178.609,34



Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR

CNPJ: 14.804.099/0001-99

Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2016

2.6 – Notas Explicativas as demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016

(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

1. Contexto Operacional

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná, criado e regulamentado pela Lei nº 12.378/2010, publicada no Diário Oficial da União de 31/12/2010, tem como principais funções, orientar disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão da arquitetura e urbanismo além do registro dos profissionais. É uma autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público e de estrutura federativa, com autonomia administrativa e financeira, gestão de seus recursos, regime de trabalho e relações empregatícias.

O CAU/PR adotou desde seu início em 2012 os novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a buscar a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – IPSAs. A principal fonte de recursos do Conselho são os Emolumentos com Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, seguida das anuidades dos profissionais e empresas de arquitetura e urbanismo. O CAU/PR tem sua constituição, sede e foro regulamentados no seu Regimento Interno, aprovado conforme a ata da reunião nº1, de 06 de dezembro de 2011. Além disso, goza de imunidade tributária total em relação aos seus bens, rendas e serviços, nos termos do art. 150 da CF.

2. Diretrizes Contábeis

2.1 Apresentação e elaboração das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis apresentadas foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, aos princípios contábeis, e às disposições da Lei Federal n.º 4.320/64.

As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis contendo informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Na elaboração das demonstrações contábeis, foi utilizado o regime de competência para as receitas e despesas.



2.2 Práticas Contábeis

A) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original na data do Balanço Patrimonial.

Dos valores apontados no grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” (R\$ 9.298.204,75), as aplicações financeiras de liquidez imediata representam quase a totalidade, correspondendo a 99,98% (R\$ 9.296.481,73) do total. As mesmas são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, acrescidas dos rendimentos até a data do Balanço Patrimonial.

Os rendimentos auferidos foram contabilizados em contas de resultado. Os saldos registrados no final de cada exercício são os seguintes:

Contas	2016	2015
1.1.1.1.1.04.01.01 - Título de Capitalização OUROCAP	0,00	1.000.000,00
1.1.1.1.2.02.03 - Banco do Brasil APLIC. BB CDB DI	4.870.128,54	4.273.381,84
1.1.1.1.2.02.05 - Caixa Econômica Federal Aplic. CDB Flex	2.050.857,65	1.797.684,39
1.1.1.1.2.02.06 - Caixa Econômica Federal C.A. 4.158-4 CEF FIC	41.513,33	53.987,95
1.1.1.1.2.02.08 - Banco do Brasil C.A. 056.987-9 CP Adm. Diferenciado	1.224.319,85	50.397,18
1.1.1.1.2.02.09 - Caixa Econômica Federal Aplic. CDB Flex Empresarial	1.109.662,36	0,00
	9.296.481,73	7.175.451,36

As aplicações financeiras apresentaram um rendimento total em 2016 de R\$ 1.205.901,96.

B) Créditos de Curto Prazo

Os direitos e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original na data do Balanço Patrimonial.

O saldo contemplado na conta “créditos de curto prazo” (R\$ 3.523.283,96) é resultante das seguintes operações:

- da diferença entre a previsão total de recebimentos de anuidades de PF e PJ feitas para o exercício de 2016 (R\$ 2.942.573,00), o efetivo recebimento (R\$ 2.855.472,33);

- do saldo total do grupo “Créditos a Receber do Exercício Anterior” (R\$ 523.447,36), sendo os saldos das contas “Pessoa Física” (R\$ 439.667,96) e “Pessoa Jurídica” (R\$ 83.779,40)

- através de determinação do CAU/BR, após levantamento das dívidas em aberto houve um acréscimo de R\$ 832.993,84 em anuidades a receber de exercícios anteriores referente 2012 a 2015 e R\$ 996.430,55 em anuidades a receber do exercício 2016.

C) Imobilizado

Os bens contemplados no Ativo Imobilizado são mensurados pelo valor original de aquisição na data do Balanço Patrimonial.

Devido a compra de novos veículos posto em operação na sede e regionais do CAU/PR, a conta “Veículos” apresentou um crescimento expressivo.

Contas	2016	2015
1.2.3.1.1.01 - Móveis e Utensílios	186.706,12	169.730,18
1.2.3.1.1.02 - Máquinas e Equipamentos	217.794,66	209.794,66
1.2.3.1.1.03 - Instalações	126.780,14	126.780,14
1.2.3.1.1.04 - Utensílios de Copa e Cozinha	5.924,39	5.924,39
1.2.3.1.1.05 - Veículos	365.928,00	130.928,00
1.2.3.1.1.06 - Equipamentos de Processamento de Dados	332.770,62	332.770,62
1.2.3.2.1.01 - Edifícios	4.500.000,00	4.500.000,00
1.2.3.2.1.04 - Obras em Andamento	48.954,72	41.922,72
1.2.3.2.1.05 - Instalações	435,44	435,44
1.2.3.8.1.01.01 - (-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	(560.266,47)	(355.795,15)
	5.225.027,62	5.162.491,00

D) Depreciação

É definida como a perda inevitável do valor devido ao uso, desgaste e obsolescência. A depreciação de bens adquiridos e postos em operação teve início no exercício de 2012.

Foi utilizado o método de depreciação linear. As taxas de depreciação utilizadas estão demonstradas no quadro abaixo.

Contas	Taxa ao ano
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	20%
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	20%
COMPUTADORES E PERIFERICOS	20%
IMPRESSORAS	20%
INSTALAÇÕES	10%
UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA	10%
VEICULOS	20%
SISTEMAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	20%

E) Intangível

Está representado por licenças para o uso de softwares no valor de R\$ 79.261,16.

F) Obrigações com pessoal e terceiros de curto prazo

As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

O saldo da conta “Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo” no montante de R\$ 32.259,33 refere-se a despesas ocorridas em 2016, mas que deverão ser pagas durante o exercício de 2017.

O saldo da conta “Provisões a Curto Prazo” no montante de R\$ 385.641,48 refere-se ao valor previsto para férias dos funcionários do CAU/PR e seus encargos patronais até de dezembro/2016.

G) Apuração do Resultado

3. Resultado Patrimonial

No Exercício de 2016 apurou-se um resultado patrimonial superavitário de R\$ 3.182.905,95 conforme evidenciado no demonstrativo de “Variações Patrimoniais”, chegando a um resultado acumulado de R\$ 16.651.638,79 conforme demonstrado no Balanço Patrimonial.

As Variações Patrimoniais Aumentativas são representadas pelas Receitas Correntes efetivamente Arrecadadas no Exercício (R\$ 9.196.855,94) e pelo reconhecimento de Anuidades não recebidas de Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas R\$ 87.100,67 e acerto por determinação do CAU/BR das anuidades a receber dos exercícios de 2012 a 2016 (R\$ 1.829.424,39)

As Variações Patrimoniais Diminutivas são representadas pelas Despesas Correntes Liquidadas no exercício (R\$ 6.333.332,36), pela depreciação incorrida no exercício (R\$ 204.471,32), e pela provisão do pagamento de despesas com férias (R\$ 385.641,48).

4. Resultado Orçamentário

No Exercício de 2016 apurou-se o seguinte resultado de execução orçamentária:

Receitas Arrecadadas	9.191.830,14
Despesas Realizadas	7.653.063,66
Déficit	1.538.766,48

5. Resultado Financeiro

No exercício de 2016 o CAU/PR obteve um Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial no valor de R\$ 8.226.980,68, para os efeitos previstos na Lei 4.320/64, art. 43, § 1º. Conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ativo Circulante	11.765.670,01
Passivo Circulante	418.320,00
Superávit Financeiro	11.347.350,01

H) Passivos Contingentes

Em conformidade com o que determina a NBC TG 25, relatamos a existência de 2 processos que o Conselho figura como réu no âmbito trabalhista, sendo estimado o pagamento no valor R\$ 115.000,00 conforme informação do departamento Jurídico. Tais ações podem gerar possíveis perdas ao CAU/PR.

Considerando o elevado grau de incerteza, pois em nenhum processo houve qualquer decisão, não foram constituídas provisões para contingências.



3 – Comentários sobre exame nos registros contábeis e controles internos

Fomos contratados no exercício de 2019, para exame das demonstrações contábeis e controles internos dos exercícios de 2012 a 2019. Alguns procedimentos de auditoria ficam inviáveis em função da tempestividade do trabalho. Nossos comentários elaborados a seguir são baseados na documentação da época.

Este relatório contempla nossos comentários sobre as informações contábeis do exercício de 2016 e levaram em consideração aos saldos apresentados nas demonstrações contábeis do CAU/PR, exame de documentos físicos e controles internos que suportam os registros.

Devido ao lapso temporal de nossa contratação e o exercício analisado, alguns exames e procedimentos de auditoria ficaram fragilizados e limitados a buscas de informações na documentação contábil e site do CAU/PR.

Nos itens que seguem arrolamos aqueles comentários que julgamos oportuno em cada situação em específico, considerando a documentação, informações e controles que nos foram fornecidos.

3.1 – Bancos c/ movimento

Composição de saldo em 31/12/2016:

Contas	R\$
Banco do Brasil S/A c/c 56.987-9	-
Caixa Econômica Federal c/c 4.158-4	50,00
Total	50,00

- **Banco do Brasil S/A c/c 56.987-9:** Examinamos a movimentação da conta, efetuando confronto com extratos bancários e documentação comprobatória constatando que a conta é utilizada para recebimentos de anuidades e RRT, assim como pagamentos realizados.

Constatamos que os saldos bancários diários se encontravam zerados em extrato bancário, sendo efetuados resgates de valores de aplicação diariamente conforme a necessidade.

- **Caixa Econômica Federal c/c 4.158-4:** Confrontamos o extrato bancário com registros contábeis, não constatamos divergências. Constatamos que no exercício de 2016 também permaneceu contabilmente o saldo mensal de R\$ 50,00 em conta, assim como no exercício de 2015.

3.2 – Disponibilidade imediata

Composição de saldo em 31/12/2016:



Contas	R\$
Caixa	1.673,02
Total	1.673,02

Na análise dos documentos e movimentações do caixa verificamos que constam os pagamentos em espécie como saída e as entradas de recursos que se dão por meio de cheques emitidos e receitas de fotocópias.

Verificamos que no balancete a conta "caixa" está abaixo da conta "bancos", como as contas devem ser apresentadas de acordo com sua liquidez, recomendamos que a conta "caixa" esteja antes dos bancos.

3.3 – Títulos bancários

Composição de saldo em 31/12/2016:

Contas	R\$
Título de capitalização Ourocap	0,00
Total	0,00

No dia 20/06/2013 foi adquirido 200 títulos de capitalização Ourocap – Torcida, do Banco do Brasil, com valor nominal de R\$ 5.000,00 cada, com carência de 12 meses e vigência de 36 meses, conforme destacado em relatório de auditoria da época e “Proposta/Ficha de Cadastro de Título de Capitalização” assinada pelo CAU e que apresentamos no Anexo I deste relatório. Observamos que este tipo de capitalização, além de prever um rendimento abaixo do mercado, tem cota de sorteio e cota de carregamento o que faz com que o valor de atualização parta de 85,4579% (do valor aplicado) como base de atualização e se houver resgate antes do tempo de vigência haverá desconto do valor aplicado.

Também chamamos a atenção que o CAU não vem apropriando nos registros contábeis as atualizações dos referidos títulos de acordo com o princípio contábil da competência.

Verificamos que o resgate do título de capitalização ocorreu em 19/01/2016, 5 meses antes do prazo de vencimento, pelo valor de R\$ 1.000.824,00. Observamos que não foi apresentada nenhuma motivação pelo CAU, que justificasse o resgate antes do vencimento, ocasionando perda ao Conselho.

No mesmo dia do resgate em 19/01/2016 houve nova aplicação pelo CAU no valor de R\$ 1.033.070,10, conforme extrato do banco do brasil abaixo contendo a movimentação do dia e confirmando que não havia necessidade de recursos para o dia, aliadas ao fato de o CAU possuir diversas outras aplicações com valores superiores.



15/01/2016	1981	13079 102 Cheque Compensado	851 728	1.851,00 D	
15/01/2016	0000	00000 345 BB CP Admin Diferenciado	71	29.799,16 D	0,00 C
18/01/2016	0000	14020 624 Cobrança	110 181.000.011 599	35.937,65 C	
18/01/2016	0000	13105 393 TED Transf Eletr Disponiv 756 4368 005095582000150 INTERATIVA SO	11 801	2.117,14 D	
18/01/2016	0000	13105 375 Impostos RFB- DARF PRETO CALCULADO	11 802	220,94 D	
18/01/2016	0000	13020 124 Débito Serviço Cobrança	810 181.000.131.163	609,65 D	
18/01/2016	0000	13113 310 Tar DOC/TED Eletrônico Tarifa referente a 18/01/2016	800 181.200.094.763	7,85 D	
18/01/2016	0000	00000 345 BB CP Admin Diferenciado	71	32.982,07 D	0,00 C
19/01/2016	0000	14134 749 Produtos Brasilcap BRASILCAP CAPITALIZACAO S A	4	1.000.824,00 C	
19/01/2016	0000	14020 624 Cobrança	110 191.000.008.926	32.800,90 C	
19/01/2016	0000	13020 124 Débito Serviço Cobrança	810 191.000.129.125	554,80 D	
19/01/2016	0000	00000 345 BB CP Admin Diferenciado	71	1.033.070,10 D	0,00 C
20/01/2016	0000	14020 624 Cobrança	110 201.000.009.732	33.987,67 C	
20/01/2016	0000	13020 124 Débito Serviço Cobrança	810.201.000.119.597	585,25 D	
20/01/2016	0000	13013 363 Pagamento de Telefone	11 015	206,13 D	
20/01/2016	0000	00000 345 BB CP Admin Diferenciado	71	33.196,29 D	0,00 C

Salientamos que o cálculo dos rendimentos realizados pelo banco até o resgate considerou os rendimentos da TR que atualiza as cadernetas de poupança, partindo de 85, 4579% do valor aplicado e descontando o percentual pela antecipação.

É importante destacar que a entidade solicitou extrato para os títulos contratados e resgatados com intuito de verificar maiores detalhes quanto aos valores aplicados, observando que os gestores atuais não souberam explicar o motivo do resgate antecipado.

Considerando que os registros contábeis apresentados não apresentam nenhum resgate anterior, efetuamos a estimativa do cálculo, considerando a aplicação como se fosse na poupança para resgate no prazo que foi resgatado e no prazo contratual. Ambos considerando 100% do valor aplicado. Também não consideramos nenhum desconto na estimativa de resgate.

Estimativa de cálculo pela poupança até a data de resgate:

		Calculadora do cidadão		Acesso público 13/08/2020 - 17:52	
Início -> Calculadora do cidadão -> Correção de valores				[CALFW0304]	
Resultado da Correção pela Poupança					
Dados básicos da correção pela Poupança					
Dados informados					
Data inicial		20/06/2013			
Data final		19/01/2016			
Valor nominal		R\$ 1.000.000,00 (REAL)			
Regra de correção		Nova			
Dados calculados					
Índice de correção no período		1,19305670			
Valor percentual correspondente		19,305670%			
Valor corrigido na data final		R\$ 1.193.056,70 (REAL)			



Simulação de cálculo pela poupança até a data de vencimento:

BANCO CENTRAL DO BRASIL		Calculadora do cidadão		Acesso público	
Início -> Calculadora do cidadão -> Correção de valores				13/08/2020 - 17:48	
				[CALFW0304]	
Resultado da Correção pela Poupança					
Dados básicos da correção pela Poupança					
Dados informados					
Data inicial		20/06/2013			
Data final		20/06/2016			
Valor nominal		R\$ 1.000.000,00 (REAL)			
Regra de correção		Nova			
Dados calculados					
Índice de correção no período		1,24054680			
Valor percentual correspondente		24,054680%			
Valor corrigido na data final		R\$ 1.240.546,80 (REAL)			

Considerando as premissas já por nós colocadas, o valor dos rendimentos brutos, sem desconto de nenhuma taxa, despesa e imposto, seria de R\$ 193.056,70, rendimento bruto da poupança no resgate em 19/01/2016, conforme memória de cálculo do quadro 1 e de R\$ 240.546,80 na data de vencimento da capitalização em 20/06/2016, conforme quadro 2.

No documento “Proposta/Ficha de Cadastro de Título de Capitalização” assinado pelo CAU (Anexo I) consta no item “Principais Informações das Condições Gerais”, ref. a “Atualização de Valores”, item “2 – Os valores dos pagamentos serão atualizados, anualmente, com base na variação do IGP-M/FGV, referente ao período de 12 (doze) meses, apurado com defasagem de 2 meses em relação à data do reajuste. No caso de extinção do índice de atualização será utilizado o IPCA-IBGE, conforme definição do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP”, índice este não aplicado no valor de resgate do título. Incluímos na carta de circularização ao banco do brasil a explicação sobre a aplicabilidade desta indexador.

É importante destacar que a entidade solicitou extrato para os títulos contratados com intuito de verificar maiores detalhes quanto aos valores aplicados, observando que os gestores atuais não souberam explicar o motivo do resgate antecipado.

Como procedimento alternativo realizamos a circularização junto à agência de origem de tal capitalização, com encaminhamento da minuta da carta ao CAU PR em 12 de agosto de 2020, a ser encaminhada pelo conselho ao banco do brasil. (segue no anexo 2 a carta enviada ao banco).

Neste modelo de carta foi solicitado:

- título de capitalização Ourocap contratado no exercício de 2013, registrado na SUSEP;
- documento (contrato/proposta/ficha de cadastro) assinado pelo CAU PR referente ao Título de Capitalização adquirido em 20 de junho de 2013;
- memória de cálculo do valor resgatado (14/01/2016);
- projeção de cálculo para a data de vencimento (20/06/2016);



- e) documento de autorização do CAU PR, referente ao resgate antecipado;
- f) informação quanto ao sorteio das cotas (se no período da vigência não foi sorteado nenhuma das 200 cotas adquiridas pelo CAU PR);
- g) informação sobre a observação “Principais Informações das Condições Gerais”, ref. a “Atualização de Valores”, item “2 – Os valores dos pagamentos serão atualizados, anualmente, com base na variação do IGP-M/FGV, referente ao período de 12 (doze) meses, apurado com defasagem de 2 meses em relação à data do reajuste. No caso de extinção do índice de atualização será utilizado o IPCA-IBGE, conforme definição do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP”. Aplicabilidade e ou situação de utilização.

Até a finalização deste documento não havíamos recebido a confirmação do recebimento por parte do banco e conseqüentemente a resposta. Após o encaminhamento e retorno da resposta pelo banco, protocolaremos o envio da mesma ao CAU PR.

3.4 – Bancos c/ vinculada a aplicações financeiras

Composição de saldo em 31/12/2016:

Contas	R\$
Banco do Brasil S/A - Aplic. BB CDI DI	4.870.128,54
Caixa Econômica Federal Aplic. CDB c/c 4.158-4	2.050.857,65
Caixa Econômica Federal Aplic. c/a 4.158-4 FIC Giro	41.513,33
Banco do Brasil C.A. 056.987-9 BB CP Admin Diferenciado	1.224.319,85
Caixa Econômica Federal Aplic. CDB Flex Empresarial	1.109.662,36
Total	9.296.481,73

Examinamos os saldos contábeis apresentados, efetuando confronto com extratos bancários do período, verificando a contabilização de aplicações, rendimentos e resgates.

No exame dos saldos contábeis apresentados, não foram encontradas irregularidades.

3.5 – Créditos tributários a receber - Anuidades

Composição de saldo em 31/12/2016:

Contas	R\$
Créditos a Receber - do exercício anterior	1.356.441,20
Pessoa Física	530.043,94
Pessoa Jurídica	826.397,26
Créditos a Receber - do exercício	1.083.421,38
Pessoa Física	640.570,50
Pessoa Jurídica	442.850,88
Total	2.439.862,58

- **Créditos a Receber - do Exercício Anterior:** Saldo a receber de pessoa física se refere a valores pendentes de recebimento assim composto:



374.816,79	Saldo anterior
64.851,17	A receber exercício de 2015
90.375,98	Exercícios anteriores, conforme orientação do CAU/BR
530.043,94	

Já o saldo a receber de pessoa jurídica está assim composto:

83.406,40	Saldo anterior
373,00	A receber exercício de 2015
742.617,86	Exercícios anteriores, conforme orientação do CAU/BR
826.397,26	

Cobranças administrativas referente aos valores em aberto foram implementados a partir do exercício de 2017.

- **Créditos a Receber - do exercício:** Saldo de R\$ 1.083.421,38 se refere a valores pendentes de recebimento do exercício de 2016. Em relação ao exercício de 2015 onde a entidade no final do exercício possuía saldo a receber de R\$ 65.224,17, verificamos um aumento de 1661,07% nos valores pendentes de recebimento de 2015 para 2016.

Valores a receber foram aprovados no "Plano de Ação Orçamentária de 2016" segregado entre PF e PJ. Segue abertura dos valores e conferencia dos recebimentos por amostragem:

01/01/2016	2.445.929,00	Valor registrado na conta "Anuidades a receber PF", conforme plano de ação
01/02/2016	128.353,87	Recebimentos em Fevereiro/2016 c/c 56987-9 banco do brasil
02/02/2016	258.387,41	Recebimentos em Fevereiro/2016 c/c 56987-9 banco do brasil
16/02/2016	110.890,58	Recebimentos em Fevereiro/2016 c/c 56987-9 Banco do Brasil
01/06/2016	147.301,50	Recebimentos em Junho/2016 c/c 56987-9 Banco do Brasil
	<u>644.933,36</u>	Total recebimentos cruzados com extrato bancário

02/01/2015	496.644,00	Valor registrado na conta "Anuidades a receber PJ", conforme plano de ação
01/02/2016	26.530,23	Recebimentos em Fevereiro/2016 c/c 56987-9 banco do brasil
02/02/2016	48.406,95	Recebimentos em Fevereiro/2016 c/c 56987-9 banco do brasil
01/06/2016	23.281,49	Recebimentos em Junho/2016 c/c 56987-9 Banco do Brasil
	<u>98.218,67</u>	Total recebimentos cruzados com extrato bancário

Recebimento analisados, no valor de R\$ 644.933,36 anuidades PF representam 26,37% do total a receber. Recebimento de R\$ 98.218,67 anuidade PJ representam 19,78% do total a receber anuidades PJ. Confrontamos os valores com extratos bancário, segue abertura do recebimento de 02/02/16:



258.387,41	Anuidades PF
48.406,58	Anuidades PJ
66,87	Certidão de acervo
58,50	Multa ausência em eleição
1.694,66	Multa atraso anuidade
10.960,07	Receitas RRT
943,31	Juros anuidades em atraso
320.517,40	valor confere com extrato bancário

Verificamos que em 31/12/2016 ocorreu um incremento nos valores a receber PF no valor de R\$ 579.946,67. Nas anuidades PJ verificamos um incremento de R\$ 416.483,88 também em 31/12/2016.

Salientamos que os valores não possuem relatório sistêmico para validação dos saldos apresentados em ambas as contas. As informações sobre cobranças estão em planilhas eletrônicas, que são trabalhadas juntamente com o sistema SICCAU.

Os valores tiveram uma primeira cobrança no exercício de 2017, contudo em 2020 estão sendo gerados boletos para que seja possível executar os valores e inscrição em dívida ativa.

3.6 – Tributos a recuperar / compensar

Composição de saldo em 31/12/2016:

Contas	R\$
IR e IOF sobre aplicações financeiras pagas indevidamente	1.088,90
Total	1.088,90

- IR e IOF sobre aplicações financeiras pagas indevidamente: Saldo contábil apresentado se refere a valores contabilizados no primeiro semestre de 2012 em conta, referente a IR e IOF indevido em função da isenção tributária.

Os valores foram retidos em contas de aplicações, sendo o valor mais relevante em extrato bancário do mês de março de 2012 nos valores de R\$ 2.186,70 de IR e R\$ 5.024,65 de IOF, devolvidos parcialmente posteriormente, permanecendo o saldo contábil desde o mês de junho de 2012.

3.7 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Composição de saldo em 31/12/2016:

Contas	R\$
Depósitos Judiciais de ações em trâmite	0,00
Total	0,00

Se referem a depósitos efetuados no decorrer dos exercícios de 2014 e 2015, conforme composição:

Data	Valor	Histórico
09/07/2014	397.621,39	Valor recebimento de receitas janeiro/2013 até junho/2014, cfe calculo
06/08/2014	26.367,52	Valor recebimento de receitas julho/2014.
12/09/2014	22.548,72	Valor recebimento de receitas agosto/2014.
07/10/2014	23.233,54	Valor recebimento de receitas setembro/2014.
10/11/2014	22.186,77	Valor recebimento de receitas outubro/2014.
26/01/2015	25.744,91	Depósito recursal
25/02/2015	25.744,91	Depósito recursal
25/03/2015	25.744,91	Depósito recursal
24/04/2015	25.744,91	Depósito recursal
25/05/2015	25.744,91	Depósito recursal
25/06/2015	25.744,91	Depósito recursal
24/07/2015	25.744,91	Depósito recursal
25/08/2015	25.744,91	Depósito recursal
25/09/2015	25.744,91	Depósito recursal
23/10/2015	25.744,91	Depósito recursal
Total	749.407,04	

Os depósitos judiciais se referem a discussão judicial do CAU mínimo, conforme Autos 5013169-15.2013.404.7000 autor CAU-BR. Observamos que os valores foram depositados até a competência outubro de 2015, com valores iguais no exercício de 2015. Os valores foram resgatados em 12/07/2016, com acréscimo de R\$ 21.834,81 a título de rendimento. O valor resgatado foi aplicado.

3.8 – Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo

Composição de saldo em 31/12/2016:

Contas	R\$
Cota Parte - Estorno de Receitas	515,47
Total	515,47

- **Cota Parte – Estorno de Receitas:** Saldo se refere a valores devolvidos pelo banco nas cobranças realizadas, não possui composição da conta.

3.9 – Benefício a Pessoal a Apropriar

Composição de saldo em 31/12/2016:

Contas	R\$
Adiantamento de férias	25.998,13
Total	25.998,13

Saldo se refere ao pagamento de férias para os seguintes funcionários:

Data	Valor	Histórico
15/12/2016	1.496,29	Saldo férias a descontar em folha de Ana Paula Mocelin
15/12/2016	3.298,55	Saldo férias a descontar em folha de Alex Sandro Moraes
23/12/2016	1.700,13	Saldo férias a descontar em folha de Pierre A. Bonnevalle
23/12/2016	3.767,32	Saldo férias a descontar em folha de Larisa
23/12/2016	5.049,78	Saldo férias a descontar em folha de João Eduardo
23/12/2016	10.686,24	Saldo férias a descontar em folha de Antonio Carlos D. da Silva
Total	25.998,31	

Verificamos que os descontos ocorreram na folha de janeiro/2017.

3.10 – Prêmios de seguros a apropriar

Verificamos que no exercício ocorreu pagamento dos seguintes seguros:

Data	Valor	Histórico
19/05/2016	4.516,79	Seguro Duster placa AXM-7198 vigência de 20/05/16 até 20/05/17
16/08/2016	7.468,48	Seguros veículos setor de fiscalização
05/10/2016	1.796,32	Seguro Sandero
24/11/2016	2.596,21	Seguro Celta apolice nº 1103100688124
24/11/2016	2.596,21	Seguro Celta apolice nº 1103100688124
Total	18.974,01	

Salientamos que os seguros devem ser reconhecidos de acordo com sua vigência, ou seja, 1/12 avos mensalmente até seu encerramento.

3.11 – Almoxarifado

Não existem valores contabilizados em estoques na contabilidade do CAU/PR no exercício.

3.12 – Imobilizado

Composição de saldo em 31/12/2016:



Bens Móveis	R\$
Móveis e Utensílios	186.706,12
Máquinas e Equipamentos	217.794,66
Instalações	126.780,14
Utensílios de Copa e Cozinha	5.924,39
Veículos	365.928,00
Computadores e Periféricos	244.354,07
Impressoras	4.308,00
Diversos Equipamentos de Processam.	13.100,00
Equipamentos de Telefonia	24.075,35
Equipamentos e Sistemas de Segurança	29.623,20
Equipamentos de CPD e Periféricos	17.310,00
	1.235.903,93
Bens Imóveis	R\$
Edifícios	4.500.000,00
Obras em Andamento	48.954,72
Instalações	435,44
	4.549.390,16
(-) Depreciação Acumulada	R\$
(-) Dep. Acumulada Bens Móveis	(560.266,47)
	(560.266,47)
Total Imobilizado	5.225.027,62

- **Controle Patrimonial:** Confrontamos os saldos contábeis com o relatório do sistema de patrimônio, não sendo encontradas divergências.

Observamos que bens cadastrados no sistema de controle patrimonial que não são possíveis identificar por sua descrição, citando exemplos:

Cód.	Descrição	Aquisição	Valor
1140	Equipamentos diversos, instalações diversas	15/08/2013	17.171,70
1142	Máquinas, equipamentos instalações diversas	15/08/2013	7.386,28
1143	Máquinas, equipamentos instalações diversas	14/05/2013	29.041,47
1145	Máquinas, equipamentos instalações diversas	15/08/2013	6.254,52
1170	Equipamentos diversos, instalações diversas	14/05/2013	14.394,35
1171	Máquinas, equipamentos instalações diversas	14/05/2013	16.721,29
1181	Máquinas, equipamentos instalações diversas	14/05/2013	36.840,40
1192	Máquinas, equipamentos instalações diversas	15/08/2013	13.378,50

Estes bens relacionados se encontram na conta de máquinas e equipamentos.

Em relatório patrimonial, destacamos bens que foram cadastrados de forma indevida, citando por exemplo conjunto de xícaras para café e chá e tigelas de 12 e 24 peças, incluídas de forma por total de peças, assim como tais utensílios não possuem características de bem imobilizados. Observamos ainda inclusão de valores em relatório patrimonial de "instalações" não possuindo descrição.



Observamos ainda quanto a numeração dos bens, observando intervalo de bens que não constam no relatório, citando como exemplo bem nº 107, 109, 112, 113, entre outros.

Já quanto ao imóvel adquirido no exercício de 2015, até a presente data, apenas parte do imóvel adquirido está sendo utilizado, basicamente uma sala, estando a sede do Conselho no imóvel alugado. Salientamos ainda que o processo de aquisição do imóvel se encontra em discussão e apuração de fatos.

- **Aquisições:** No exercício de 2016 foram efetuadas diversas aquisições de imobilizado, citando como exemplo o montante total de R\$ 267.007,94 no grupo de bens móveis e imóveis, destacando alguns valores a seguir:

Data	Valor	Histórico
02/02/2016	7.675,00	NF nº 35 emitida por V. A. Alvarez informática, referente aquisição de 10 cad. Escritório com encosto
24/02/2016	7.300,00	NF nº 48 emitida por V. A. Alvarez informática, referente móveis para regional de Cascável
05/02/2016	8.000,00	NF nº 14770 emitida por AAC Ar condicionado, aquisição de ar condicionados para Regional de Cascável
14/08/2016	47.000,00	NF nº 516683 emitida por Renault do Brasil S/A, aquisição de 1 Renault Sandero
15/08/2016	47.000,00	NF nº 516684 emitida por Renault do Brasil S/A, aquisição de 1 Renault Sandero
15/08/2016	47.000,00	NF nº 516685 emitida por Renault do Brasil S/A, aquisição de 1 Renault Sandero
15/08/2016	47.000,00	NF nº 516686 emitida por Renault do Brasil S/A, aquisição de 1 Renault Sandero
10/10/2016	47.000,00	NF nº 535326 emitida por Renault do Brasil S/A, aquisição de 1 Renault Sandero
24/02/2016	3.532,00	NF nº 526 emitida por Comércio de Persianas Ambiental, aquisição de persianas
01/03/2016	3.500,00	NF nº 17 emitida por S&R adm. Mão de obra, construção de dreno
Total	265.007,00	

Confrontamos os registros realizados com notas fiscais emitidas, não constatamos divergências. Demais contas não apresentaram movimentação no período em análise.

- **Baixas:** Não possui movimentação de baixa de bens no exercício.

- **Depreciações acumuladas:** No exercício de 2016, constatamos que foram efetuados lançamentos mensais únicos de depreciações dos bens móveis. Salientamos ainda que o relatório patrimonial apresenta o valor de depreciação acumulada divergente dos saldos contábeis, não sendo possível validar os valores apresentados.

Não foram contabilizadas depreciações dos bens imóveis no exercício de 2015 e 2016, destacando que a aquisição do imóvel ocorreu em 29/10/2015 no valor de R\$ 4.500.000,00.

Conforme NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão, não estão sujeitos ao regime de depreciação:

(a) bens móveis de natureza cultural, tais como obras de artes, antiguidades, documentos, bens com interesse histórico, bens integrados em coleções, entre outros;

Observamos que o imóvel adquirido é uma UIP (unidade de interesse de preservação).



3.13 – Intangível

Composição de saldo em 31/12/2016:

Contas	R\$
Licenças de Softwares	79.261,16
Total	79.261,16

O saldo contábil confere com relatório de bens imobilizados. No exercício de 2016 não houve movimentação de aquisições.

Constatamos que não estão sendo contabilizados valores de amortizações das licenças de softwares adquiridas pelo Conselho.

3.14 – Pessoal a pagar

Saldo contábil se apresentava zerado em 31/12/2016.

Examinamos a folha de pagamento efetuando revisão dos valores líquidos de pagamentos efetuados com os valores de líquidos a pagar da folha de pagamento.

Constatamos que os valores referentes a folha de pagamento do mês de dezembro de 2016 foram pagos em 16 de dezembro de 2016.

3.15 – Benefícios previdenciários a pagar

Saldo contábil se apresentava zerado em 31/12/2016. Examinamos as folhas de pagamento efetuando revisão das declarações legais e obrigatórias do exercício.

- **INSS:** Constatamos que a movimentação da conta se refere a INSS parte empresa da folha de pagamento mensal e INSS sobre serviços prestados mensalmente ao CAU/PR.

Verificamos que o valor de INSS competência dezembro de 2016 foi devidamente pago no próprio mês, nos dias 20 e 22/12/2016.

Observamos quanto ao fato da classificação do CNAE 9412000 em declaração SEFIP que foi informada incorretamente a alíquota RAT ajustado, declarado em 1,00 quando o correto seria 3,00 até dezembro de 2014 e após de 1,50. Com isto, há diferença no percentual do RAT ajustado. Esta situação gerou aviso de regularização de contribuições previdenciárias pela Receita Federal, e cobrança de valores atrasados do período de 09/2013 a 13/2017, no montante de R\$ 110.588,26 mil pagos e reconhecidos na contabilidade em outubro de 2018.

Foi observado ainda que faltam retificar as SEFIP de janeiro de 2018 a agosto de 2018, período em que as declarações eram entregues pelo antigo contador, o qual não disponibilizou a base de dados destas declarações. Salientamos que tal situação também gerará débitos junto à receita federal.



- **FGTS:** Examinamos a conta e sua movimentação onde constatamos que se refere a FGTS sobre folha de pagamento mensal.

Verificamos que a provisão para pagamento do mês de 12/2016 e 13º/2016 não foi realizada em dezembro/16 nesta conta, consta somente a provisão até o mês de novembro/16, verificamos que o valor foi pago em 22/12/2016, de R\$ 22.928,59, pagamento e provisão foram realizados na conta "fornecedores diversos".

- **PIS s/ Folha Pagamento:** Examinamos os cálculos mensais de PIS a recolher sobre folha de pagamento, onde revisamos os valores de base de cálculos utilizados para o pagamento, onde constatamos a correta utilização da base de cálculo de INSS parte empresa aplicando o percentual de 1%.

Valor do PIS de dezembro/16 também foi provisionado na conta "fornecedores diversos".

3.16 – Fornecedores e contas a pagar

Composição de saldo em 31/12/2016:

Contas	R\$
Fornecedores Diversos	9.900,00
Copel	2.953,74
Sanepar	1.521,67
Claro S/A	4.505,16
OI S/A	2.216,18
Correios	7.519,35
Interativa Soluções em Impressão	3.228,13
Telefônica Brasil S/A	415,10
Total	32.259,33

Examinamos os saldos contábeis apresentados, efetuando revisão da movimentação e confronto com documentos comprobatórios, sendo observado que se referem a despesas empenhadas no mês de dezembro de 2016.

Salientamos que neste exercício, não foram constituídos os valores em restos a pagar. Observamos que ao final do exercício, as despesas orçamentárias empenhadas que não foram pagas até 31 de dezembro, devem ser constituídas em restos a pagar, para fins de encerramento do correspondente exercício financeiro.

3.17 – Provisões para riscos trabalhistas a curto prazo

Composição de saldo em 31/12/2016:



Contas	R\$
Férias	296.647,40
INSS	62.296,04
FGTS	23.731,51
PIS/PASEP	2.966,53
Total	385.641,48

Constatamos movimentação mensal de valores contábeis de provisão de férias e encargos, confrontamos os saldos contábeis apresentados com o relatório de provisão de férias e encargos, não sendo encontradas divergências.

3.18 – Valores Restituíveis

Composição de saldo em 31/12/2016:

Contas	R\$
INSS	317,95
IRRF/COFINS/CSLL/PIS a Recolher	32,53
Contribuição sindical - anual	68,55
Depósitos Equivocados em Conta Banco	0,16
Total	419,19

- **INSS:** Saldo apresentado em conta possui valor de INSS de férias empenhado a Tiago Kovascki Borges Polippo, contabilizado em 18/12/2014 no valor de R\$ 162,80, assim como valores pendentes no exercício de 2015 no montante de R\$ 155,15 que não foi possível identificar.

No exame da movimentação da conta, os valores se referem a INSS de funcionários das folhas de pagamento mensais e retenções sobre notas fiscais de prestadores de serviços, que conforme comentado em conta de INSS patronal, revisamos os valores declarados mensalmente com os valores pagos, constatando que o valor a recolher da folha competência dezembro de 2016, foi recolhido no próprio mês.

- **IRRF:** Saldo contábil se encontrava zerado na data. Examinamos a movimentação que se refere a valores retidos em folhas de pagamentos mensais dos funcionários e notas fiscais de prestadores de serviços no decorrer do exercício.

Revisamos os valores contabilizados com as folhas de pagamento, através de amostragem, não sendo encontradas divergências.

- **IRRF/COFINS/CSLL/PIS a Recolher:** Saldo contábil apresentado não foi possível identificar. No exame da movimentação da conta, constatamos que se referem a retenções federais de órgão público (9,45%) a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras.



Revisamos os valores contabilizados com os respectivos pagamentos e notas fiscais, através de amostragem.

- **Contribuição sindical anual:** Saldo apresentado em conta se refere a contribuição sindical em folha de pagamento do mês de novembro de 2016, em aberto em 31/12/2016.

Constatamos que foi efetuado o pagamento no valor de R\$ 77,57 no dia 08/03/2016 de contribuição que se encontrava pendente dos exercícios anteriores.

3.19 – Patrimônio

Composição de saldo em 31/12/2016:

Contas	R\$
Resultado Acumulados	16.651.638,79
Total	16.651.638,79

Saldo apresentado em conta se refere ao resultado acumulado apurado ao final do exercício de 2016, assim composto:

Superávit exercício 2012	5.237.201,89
Superávit exercício 2013	2.705.384,49
Superávit exercício 2014	3.191.302,68
Superávit exercício 2015	2.334.843,78
Superávit exercício 2016	3.182.905,95
Resultado Acumulado	16.651.638,79

Não foram encontradas irregularidades.

3.20 – Receitas

Composição de saldo em 31/12/2016:

Receita Orçamentária	31/12/2016	31/12/2015	Varição
Contribuições	4.771.997,39	2.627.266,60	(2.144.730,79)
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	4.920.360,74	4.915.320,05	(5.040,69)
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	1.407.173,61	1.404.603,64	(2.569,97)
Outras variações patrimoniais aumentativas	10.431,66	73,31	(10.358,35)
Total Receitas	11.109.963,40	8.947.263,60	(2.162.699,80)

Examinamos as movimentações das contas de receitas, efetuando confronto com relatório financeiro de receitas.

Receitas com serviços se encontram contabilizadas receitas com emolumentos com registro de responsabilidade técnica - RRT no exercício, a qual se refere a receita mais relevante do exercício no montante de R\$ 4.886.664,33.

3.21 – Despesas

Composição de saldo em 31/12/2016:

Variação Patrimonial Diminutiva	31/12/2016	31/12/2015	Variação
Pessoal e Encargos Sociais	(3.649.443,82)	(2.719.536,50)	929.907,32
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	(4.153.751,03)	(3.737.182,77)	416.568,26
Transferências Concedidas	(123.862,60)	(155.700,55)	(31.837,95)
Total Receitas	(7.927.057,45)	(6.612.419,82)	1.314.637,63

Examinamos as movimentações contábeis, efetuando confronto com documentação comprobatórias, empenhos e extratos bancários do período.

As despesas mais relevantes se referem a:

Salários	(1.977.553,95)
Serviços de Segurança Predial e Preventiva	(567.812,00)
Locação de bens imóveis	(423.418,52)
Serviços de Eventos	(399.725,99)
Diárias - Conselheiros	(260.507,02)
Total	(3.629.017,48)

Conforme comentado em relatórios anteriores, no exame da documentação constatamos novamente a falta de notas de despesas, empenho e liquidações.

4 – Declarações Legais e Obrigatórias

Examinamos as declarações do exercício, constatando as seguintes situações:

- **SEFIP mensais:** Localizamos nas pastas de documentos contábeis, SEFIP mensais entregues e devidos protocolos.

Salientamos ainda quanto classificação do percentual da alíquota RAT incorreta, conforme já comentado neste relatório.

- **DCTF mensais:** Foi informado que a obrigatoriedade de entrega ocorreu a partir do exercício de 2016, conforme IN 1599 RFB.

- **CAGED mensais:** Não foram localizadas/apresentadas. Tem por finalidade o registro de admissões e demissões e o prazo de entrega é até o dia 07 do mês subsequente, o enviou ou entrega fora do prazo sujeitara ao pagamento de multa.

- **RAIS exercício 2016:** Não foram localizadas/apresentadas. Tem por objetivo dar suprimento às necessidades de controle da atividade trabalhista no país, o atraso na entrega da declaração, omissão ou declaração falsa ou inexata, sujeita o estabelecimento à multa,

conforme determina a Portaria nº 14, de 10 de fevereiro de 2006, alterada pela Portaria nº 688, de 24 de abril de 2009

- **DIRF exercício 2016:** Possui data de entrega datada de 02/03/2017, tipo de declaração retificadora, conforme consulta realizada pelo CAU PR ao site da Receita Federal.

5 – Orçado X Realizado

Na verificação do balanço orçamentário, constatamos os seguintes valores de receitas e despesas orçamentárias:

	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Receitas	12.717.977,00	12.891.444,00	9.191.830,14	3.699.613,86
Receitas de contribuições	2.942.573,00	2.768.147,40	2.855.472,33	(87.324,93)
Receitas de serviços	6.307.808,00	5.535.090,80	4.920.068,82	615.021,98
Financeiras	222.009,00	1.086.117,80	1.407.575,37	(321.457,57)
Outras receitas correntes	0,00	0,00	8.713,62	(8.713,62)
Receita de capital	3.245.587,00	3.502.088,00	0,00	3.502.088,00

Observamos quanto as previsões de receitas de serviços, a previsão inicial e atualizada foi superior ao valor recebido no exercício com saldo de R\$ 615.021,98, que se referem a emolumentos com registro de responsabilidade técnica – RRT.

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo Dotação
Despesas	12.717.977,00	12.891.444,00	7.653.063,66	7.653.063,66	7.620.804,33	5.238.380,34
Despesa Corrente	9.472.390,50	9.389.357,50	7.386.055,72	7.386.055,72	7.353.796,39	2.003.301,78
Pessoal	4.050.210,87	4.013.975,52	3.602.704,39	3.602.704,39	3.602.704,39	411.271,13
Material de Consumo	168.000,00	141.102,83	66.462,72	66.462,72	66.462,72	74.640,11
Serviços de Terceiros - Pessoa Física	572.323,00	637.693,96	527.277,20	527.277,20	527.277,20	110.416,76
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.808.194,00	3.932.049,47	2.822.137,27	2.822.137,27	2.789.877,94	1.109.912,20
Encargos Diversos	362.410,00	373.160,00	241.749,46	241.749,46	241.749,46	131.410,54
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	1.862,08	1.862,08	1.862,08	1.862,08	0,00
Transferências Correntes	321.805,00	140.950,06	123.862,60	123.862,60	123.862,60	17.087,46
Reserva de Contingência	189.447,63	148.563,58	0,00	0,00	0,00	148.563,58
Crédito Disponível Despesa de Capital	3.245.586,50	3.502.086,50	267.007,94	267.007,94	267.007,94	3.235.078,56
Investimentos	3.245.586,50	3.502.086,50	267.007,94	267.007,94	267.007,94	3.235.078,56

Nas despesas, podemos observamos variação a dotação inicial das seguintes contas:



	Dotação	Despesas	Saldo
	Atualizada	Empenhadas	Dotação
Equipamentos e Proc. De Dados	603.000,00	0,00	603.000,00
Máquinas e Equipamentos	384.500,00	8.000,00	376.500,00
Móveis e Utensílios	275.000,00	16.975,94	258.024,06
Serviços Gráficos	281.214,94	21.439,00	259.775,94
Serviços de Eventos	610.266,00	399.275,99	210.990,01

A maioria das contas com saldos mais relevantes de dotação se referem a dotações atualizadas que houveram valor menor de despesas empenhadas.

6 – Licitações, contratos e convênios

a) Licitações e contratos:

Comentários Gerais

Examinamos as aquisições de materiais e serviços ocorridas pela CAU PR no exercício de 2016 nas modalidades de licitações e dispensa de licitações através de amostragem, avaliando os procedimentos e controles internos em cada processo de acordo com a Lei nº 8.666/93.

No exercício de 2016, toda a documentação referente a cotações, certidões e solicitações estão arquivadas em caixas de arquivo sem uma ordem para a guarda dos mesmos. Pela contabilidade identificamos os pagamentos e os respectivos documentos de comprovação do mesmo.

O CAU PR não nos apresentou nenhum relatório, planilha e/ou instrumento de controle das licitações ocorridas no ano.

Como procedimento alternativo, através do método de amostragem, selecionamos despesas e gastos pela contabilidade para verificar documentação e processos de compras, daqueles que conseguimos identificar nas caixas de arquivos disponibilizadas:

- R\$ 14.419,78 – Toti Promo Ltda
- R\$ 12.115,38 – Toti Promo Ltda
- R\$ 18.546,87 – Toti Promo Ltda
- R\$ 144.257,52 – Toti Promo Ltda
- R\$ 56.072,54 – Toti Promo Ltda
- R\$ 10.793,35 - Banco do Brasil
- R\$ 26.480,58 – Imobiliária Confronto
- R\$ 29.016,63 – Imobiliária Confronto
- R\$ 13.545,76 – IPCable Informática Ltda
- R\$ 84.900,00 - Impressoart Editora e Gráfica Ltda
- R\$ 19.000,00 - Impressoart Editora e Gráfica Ltda
- R\$ 45.375,03 - S&R Administração e Terceirização de Mão de Obra Ltda



- R\$ 51.657,86 - S&R Administração e Terceirização de Mão de Obra Ltda
- R\$ 28.000,00 - S&R Administração e Terceirização de Mão de Obra Ltda
- R\$ 21.436,73 - S&R Administração e Terceirização de Mão de Obra Ltda.
- R\$ 47.000,00 - Renault do Brasil S/A
- R\$ 47.000,00 - Renault do Brasil S/A
- R\$ 23. 540,29 – Toti Promo Ltda
- R\$ 7.990,00 - NP Capacitação Tecnológica Ltda
- R\$ 18.942,19 - Toti Promo Ltda

- **R\$ 14.419,78 – Toti Promo Ltda:** Liquidação do Empenho 189, referente Nota Fiscal nº 541 no valor R\$ 14.419,78, do favorecido Toti Promo LTDA, pelo Planejamento e Organização de Evento Reunião de Comissões e Plenária Realizada em Cascavel no dia 21/03/2016 - 22/03/2016 em 31/03/2016.

- **R\$ 12.115,38 – Toti Promo Ltda:** Liquidação do Empenho 195, referente Nota Fiscal nº 539 no valor de R\$ 12.115,38 do Favorecido Toti Promo LTDA, pelo Planejamento e Organização de Evento referente a Reunião de Coordenadores Maringá -Realizada no dia 23/03/2016 em 31/03/2016.

- **R\$ 18.546,87 – Toti Promo Ltda:** Liquidação do Empenho 193, referente Nota Fiscal nº 572 no valor de R\$ 18.546,87 do favorecido Toti Promo LTDA, serviço de organização e realização de evento Fórum de Arquitetura Publica dos dias 11/08/16 e 12/08/2016 em 19/08/2016.

- **R\$ 144.257,52 – Toti Promo Ltda:** Liquidação do Empenho 1451, referente Nota Fiscal nº 600 no Valor de R\$ 144.257,52 do favorecido Toti Promo LTDA, organização e realização de evento referente ao dia do Arquiteto dia 12/12/2016 Sede CAU/PR em 19/12/2016.

- **R\$ 56.072,54 – Toti Promo Ltda:** Liquidação do Empenho 1452, referente Nota Fiscal nº 601 no valor de R\$ 56.072,54 do favorecido Toti Promo LTDA, adequação de espaço físico, organização e realização dos Eventos Plenária e Fórum dos Coordenadores dia 12/12/2016 na Nova Sede do CAU PR em 12/12/2016.

- **R\$ 10.793,35 - Banco do Brasil:** Liquidação do Empenho 1294, referente Boleto Bancário nº 18068019800000001 no valor de R\$ 10.793,35, do favorecido BANCO DO BRASIL S.A, pela contratação do seguro dos imóveis do CAU conforme segue: Sede CAU - Casa Mario de Mari (Curitiba) Casa Axelrud – Itupava Escritório Maringá Escritório Cascavel Escritório Londrina Escritório Pato Branco Apólice nº 533266 em 11/11/2016.

- **R\$ 26.480,58 – Imobiliária Confronto:** Liquidação do Empenho 032, referente Boleto Bancário nº 54874 no valor de R\$ 26.480,58 do favorecido Imobiliária Confronto Ltda, locação do imóvel da Sede do CAU/PR Jan/2016.

- **R\$ 29.016,63 – Imobiliária Confronto:** Liquidação do Empenho 32, referente Boleto bancário nº 59428 no valor de R\$ 29.016,63 do favorecido Imobiliária Confronto LTDA, referente a locação da Sede do CAU/PR - Out/2016.



- **R\$ 13.545,76 – IPCable Informática Ltda:** Liquidação do Empenho 838, referente Nota Fiscal nº 2076 no valor de R\$ 13.545,76 do favorecido IPCable Informática Ltda, pelo conserto da Central Telefônica, Manutenção da Central de Alarme e reconfiguração, aterramento do imóvel Sede Mario de Mari - Processo de Dispensa Emergencial 2016/ADM/06.0132-16

- **R\$ 84.900,00 - Impressoart Editora e Gráfica Ltda:** Liquidação do Empenho 1733, referente nº do favorecido Impressoart Editora Gráfica LTDA -ME, pela confecção de cadernos personalizados para arquitetos e urbanistas cadastrados no CAU/PR - 2016 conforme segue:10.000 Cadernos Personalizados com elástico. No valor de R\$ 84.900,00 em 01/05/2016.

- **R\$ 19.000,00 - Impressoart Editora e Gráfica Ltda:** Liquidação do Empenho 1799, referente nº do favorecido Impressoart Editora Gráfica LTDA -ME, referente ao termo aditivo ao contrato administrativo celebrado entre o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná - CAU/PR e Impressoart Editora Gráfica LTDA. Em 01/05/2016 no valor de R\$ 19.000,00.

- **R\$ 45.375,03 - S&R Administração e Terceirização de Mão de Obra Ltda:** Liquidação do Empenho 26, referente Nota Fiscal nº 22 no valor de R\$ 45.375,03 do favorecido S&R - Administração e terceirização de Mão de Obra LTDA, pela contratação de serviço para atender despesa com fornecimento de Mão de Obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço afim de atender de manda do CAU/PR - Sede e Regionais Maio/2016 em 10/06/2016 demanda do CAU/PR - Sede e Regionais Maio/2016 em 10/06/2016.R\$ 36.095,85- R\$ 4.287,93- R\$ 4.991,25

- **R\$ 51.657,86 - S&R Administração e Terceirização de Mão de Obra Ltda:** Liquidação do Empenho 1205, referente Nota Fiscal nº 29 no valor de R\$ 51.657,86 do favorecido S&R – Administração e terceirização de Mão de Obra LTDA, pela contratação de serviço para atender despesa com fornecimento de Mão de Obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço afim de atender demanda do CAU/PR para o exercício de 2016 NOV/2016, em 09/12/2016.R\$ 41.093,86 e R\$ 5.682,36. R\$ 4.881,64.

- **R\$ 28.000,00 - S&R Administração e Terceirização de Mão de Obra Ltda:** Liquidação do Empenho 1836, referente Nota Fiscal nº 20 no valor de r\$ 28.000,00 do favorecido S&R - Administração e terceirização de Mão de Obra LTDA, referente à segunda parte da obra da Sala da Regional de Cascavel reforma na nova sala locada em Cascavel-PR para sanar a necessidade de espaço da regional do CAU/PR, pois a sala locada não possui layout adequado e necessário para operacionalizar as necessidades de atendimento e recepcionar reuniões dos arquitetos da Câmara Técnica e de entidades da arquitetura. A adequação do espaço será de instalação de todos os equipamentos necessários até divisórias do espaço físico. A dispensa ocorreu pela primeira licitação ser deserta e o ônus para realização de um novo certame poderia ultrapassar o custo total de obra em 12/05/2016. Pago a S&R - Administração e terceirização de Mão de Obra LTDA, liquidação 696 do empenho 438, Transferência eletrônica 051201, Nota Fiscal 20 ref. a Valor empenhado a S&R Administração e terceirização de Mão de Obra LTDA, referente ao Termo Aditivo de Valor de Serviços de Manutenção e Reforma Predial, incluindo



Mão de Obra e todo material necessário à execução dos serviços, afim de atender às necessidades do CAU/PR - Escritório Regional de Cascavel. R\$ 6.332,18. Pago a S&R - Administração e terceirização de Mão de Obra LTDA, resto a pagar 1836, Transferência eletrônica 051201, Nota Fiscal 20 ref. a Valor empenhado a S&R - Administração e terceirização de Mão de Obra LTDA, reforma na nova sala locada em Cascavel-PR para sanar a necessidade de espaço da regional do CAU/PR, pois a sala locada não possui layout adequado e necessário para operacionalizar as necessidades de atendimento e recepcionar reuniões dos arquitetos da Câmara Técnica e de entidades da arquitetura. A adequação do espaço será de instalação de todos os equipamentos necessários até divisórias do espaço físico. A dispensa ocorreu pela primeira licitação ser deserta e o ônus para realização de um novo certame poderia ultrapassar o custo total de obra. R\$ 22.274,00.

- R\$ 21.436,73 - S&R Administração e Terceirização de Mão de Obra Ltda: Liquidação do Empenho 1430, referente Nota Fiscal nº 30 no valor de R\$ 21.436,73, do favorecido S&R – Administração e terceirização de Mão de Obra LTDA, parcial da nota empenho 1205 pela prestação de serviço de limpeza e vigilância da Sede e Regionais DEZ/2016 em 14/12/2016.NF 51.657,86.

- R\$ 30.221,13 - S&R – Administração e terceirização de Mão de Obra LTDA: Liquidação do Empenho 1205, referente Nota Fiscal nº 30 no valor de R\$ 30.221,13 do favorecido S&R - Administração e Terceirização de Mão de Obra LTDA, parcial da nota pela prestação de serviço de limpeza e vigilância da Sede e Regionais 01/12/2016 em 14/12/2016.

Pago a S&R - Administração e terceirização de Mão de Obra LTDA, liquidação 2176 do empenho 1205, Transferência eletrônica 122014, Nota Fiscal 30 ref. a Valor empenhado a S&R - Administração e terceirização de Mão de Obra LTDA, pela contratação de serviço para atender despesa com fornecimento de Mão de Obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço afim de atender demanda do CAU/PR para o exercício de 2016. R\$ 24.040,91 Pago a S&R - Administração e terceirização de Mão de Obra LTDA, liquidação 2177 do empenho 1430, Transferência eletrônica 122014, Nota Fiscal 30 ref. a Valor empenhado a S&R - Administração e terceirização de Mão de Obra LTDA, pela contratação de serviço para atender despesa com fornecimento de Mão de Obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço afim de atender demanda do CAU/PR para o exercício de 2016.

- R\$ 47.000,00 - Renault do Brasil S/A: Liquidação do Empenho 660, referente Nota Fiscal nº 516683 do favorecido Renault do Brasil S.A., pela aquisição de 1 unidade de veículos de Tipo Hatch Renault Sandero Dynamique 1.6, no valor unitário de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais), através de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 70/2015 do MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO, decorrente do Pregão Eletrônico nº 59/2015, autorizado através do Ofício nº 554/2016 - CLC/DA/PGT/MPT de 31 de Março de 2016 conforme especificações a seguir: Carroceria Hatch, cor branca, zero quilômetro, bicomcombustível(álcool e gasolina), motor 1.6 litros, potência mínima de 100 cv, com protetor de cárter para motor, salvo recomendação técnica do fabricante, transmissão manual de no mínimo 5 marchas sincronizadas à frente e 1 à ré, capacidade para 5 pessoas incluindo o



motorista, 4 portas laterais e 1 porta traseira para acesso ao interior. Demais itens conforme editais.

- **R\$ 47.000,00 - Renault do Brasil S/A:** Pago a Renault do Brasil S.A., liquidação 1680 do empenho 938, Transferência eletrônica 101005, Nota Fiscal 535326 ref. a Valor empenhado a Renault do Brasil S.A., pela aquisição de 1 unidade de veículo Tipo Hatch Renault Sandero Dynamique 1.6, através de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 70/2015 do MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO, decorrente do Pregão Eletrônico nº 59/2015, autorizado através do Ofício nº 554/2016 - CLC/DA/PGT/MPT de 31 de Março de 2016, conforme especificações a seguir: Carroceria Hatch, cor branca, zero quilômetro, bicombustível(álcool e gasolina), motor 1.6 litros, potência mínima de 100 cv, com protetor de cárter para motor, salvo recomendação técnica do fabricante, transmissão manual de no mínimo 5 marchas sincronizadas à frente e 1 à ré, capacidade para 5 pessoas incluindo o motorista, 4 portas laterais e 1 porta traseira para acesso ao interior. Demais itens conforme editais.

- **R\$ 23.540,29 – Toti Promo Ltda:** Liquidação do Empenho 193, referente Nota Fiscal nº 592 do favorecido Toti Promo LTDA, planejamento e organização de Palestra que 21/11/2016 - Auditório Cascavel/PR. R\$ 14.250,00 Liquidação do Empenho 0189, referente Nota Fiscal nº 592 do favorecido Toti Promo LTDA, planejamento e organização de reunião das comissões 21/11/2016 e 22/11/2016. R\$ 8.955,21 Liquidação do Empenho 193, referente Nota Fiscal nº 592 do favorecido Toti Promo LTDA, renovação do registro do site Câmaras Técnicas. R\$ 335,00.

- **R\$ 7.990,00 NP Capacitação Tecnológica Ltda:** Pago a NP Capacitação e Soluções Tecnológicas LTDA, liquidação 87 do empenho 64, Transferência eletrônica 666.992.000.000.464, Nota Fiscal 9148 ref. a Valor empenhado a NP Capacitação e Soluções Tecnológicas LTDA, pela contratação de sistema de pesquisas de contatos realizada por outros Órgãos Públicos do Brasil, atualizadas para ser utilizada como base de levantamento do custo estimado - Sistema Banco de Preços, para o CAU/PR.

- **R\$ 18.942,19 Toti Promo Ltda:** Pago a Toti Promo LTDA, liquidação 770 do empenho 189, Transferência eletrônica 053108, Nota Fiscal 559 ref. a Valor empenhado a Toti Promo LTDA, referente a Plenárias Previstas no Ano de 2016 Ata de Registro de Preços 02/2015 Eventos e Alimentação conforme segue: 3 Interior 02 - 23 e 24 Maio / Plenária Maringá

Segue resumo das principais situações encontradas sobre os exames nos processos:

- nos exames dos documentos arquivados nos processos, a maioria dos documentos não estão numerados, nem mesmo arquivados de forma que seja possível verificar todas as análises necessárias a ser feitas aos processos;

- muitos documentos sem assinaturas, sem numeração sequenciais e rubricas. A numeração é confusa dos processos o que dificulta a interpretação e identificação dos documentos.



Recomendamos a adequação das inconformidades relatadas assim como atenção ao empenho anterior aos processos para que possa prever a despesa dos contratos para sua formalização. Também atenção à base legal utilizada para modalidade a ser licitada, Lei 08.666/93 e Pregão Eletrônico de acordo com a regulamentação específica do órgão da utilização de recurso eletrônicos.

b) Convênios:

Comentários Gerais

Não nos foi apresentado nenhum instrumento de acompanhamento e/ou de controle dos convênios e contratos em vigência no CAU, referentes ao exercício de 2016.

Como procedimento alternativo partimos das informações contábeis para examinar os valores de convênios e contratos registrados e vigentes no ano. Também o sistema de arquivo não nos dá segurança que os documentos examinados representam a totalidade dos mesmos em cada processo ou mesmo que não existe algum processo que não tenha movimento contábil ou mesmo esteja em registro contábil diferente para inclusão nos exames. Estão arquivados em caixas de arquivo sem uma ordem definida. Além da contabilidade realizamos a verificação física das caixas onde estão arquivados os mesmos.

Examinamos os convênios realizados no ano observando que não existe uma sistemática de exigência da prestação de contas dos valores aplicados pelos conveniados, que atendem o objeto do convênio.

Observamos que a entidade vem adotando como procedimento a inclusão das notas fiscais apresentadas pelos conveniados na aplicação do objeto do convênio. Porém observamos que em diversos casos não nos foi apresentada as notas fiscais e outros apresentados notas fiscais que comprovam parte da aplicação, caracterizando assim a deficiência na confirmação da aplicação dos recursos objeto do convênio.

Também é importante destacar que em 2016 não nos foi apresentado os projetos que legalmente devem subsidiar os convênios.

Nos itens abaixo detalhamos a situação de cada convênio.

1 - TERMO DE COOPERAÇÃO/APOIO do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/PR e Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/PR-04/03/2016

Constitui o termo para realização de Evento IAB MULHER a ser realizado no dia 08/03/2016 em comemoração ao dia Internacional da mulher no Museu Oscar Niemeyer- Mini Museu. Referente a diárias de duas palestrantes e passagens São Paulo- Curitiba- São Paulo, equipamento de som e coffee break para 50 pessoas. Aprovação em reunião plenária nº 53 de 22/02/2016. Verificamos o projeto apresentado para base do convênio. Não foi apresentada a documentação do processo, bem como a prestação de contas do mesmo.



2 - TERMO DE APOIO entre o Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/PR e Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/PR e Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Estado do Paraná – SINDARQ/PR

Constitui o termo para cessão de sala para realização de Seminário dia 26/04/2016 e outras duas oficinas nos dias 18 e 30 de maio de 2016; Concessão de hospedagem para dois palestrantes, e transmissão online dos eventos. Não nos foi apresentado o projeto que deve ser apresentado para base do convênio para justificar a necessidade da despesa, a prestação de contas, assim como demais documentos do processo.

3 - CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO entre o Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/PR e Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura – ASBEA-PR

Concessão de auxílio financeiro no valor de o valor de R\$ 6.000,00 destinados a pagamento de assessoria jurídica com prazo de pagamento de 60 dias após a assinatura do termo. Empenho 340, liquidação 483 e pagamento em 06/04/2016. Não nos foi apresentado o projeto que deve ser apresentado para base do convênio para justificar a necessidade da despesa, a prestação de contas, assim como demais documentos do processo.

4 - ADITIVO AO CONVÊNIO DE PATROCÍNIO DO CAU/PR referente a chamada Pública de Apoio Institucional Nº 003/2015- e a Universidade Estadual de Maringá

Firmado em 21 de dezembro de 2015 com alteração a vigência e prestação de contas para a data de 31/12/2016. Não nos foi apresentado o projeto que deve ser apresentado para base do convênio para justificar a necessidade da despesa, a prestação de contas, assim como demais documentos do processo.

5 - APOIO INSTITUCIONAL Nº 02/2016 – SINDARQ/PR - PROJETO A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E O PLANO DIRETOR

Verificamos o projeto, porem demais documentos do processo não nos foi apresentado.

Segue resumo das principais situações encontradas sobre os exames nos convênios:

- os convênios examinados apresentam deficiência no seu curso de acordo com a Lei 8.666/93.
- os princípios básicos da publicidade não foram atendidos.
- a documentação não está arquivada devidamente, existindo com falta de documentos para análise. Não são numeradas sequencialmente.
- não tivemos acesso as prestações de contas de todos os convênios do exercício.
- o APOIO INSTITUCIONAL Nº 002/2016 – SINDARQ / PR PROJETO A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E O PLANO DIRETOR – Tivemos acesso somente ao projeto porem nenhuma evidencia de efetivação do convênio.



7 – Departamento de pessoal

Examinamos e revisamos as informações referente as folhas de pagamento do exercício, assim como exame de documentação de funcionários e controles internos, referente ao exercício.

No exercício de 2016 foram nomeados funcionários através de portarias, conforme concurso público realizado.

Foram examinadas as portarias que constavam no portal da entidade, porém conforme conversado com os responsáveis, foi disponibilizado trabalho realizado por comissão interna do CAU/PR onde menciona possíveis irregularidades entre portarias que constam no portal e portarias arquivadas no cofre.

Os funcionários passaram a ser filiados ao SINDIFISC-PR a partir do exercício de 2015.

7.1 – Exame de documentação de funcionários

Examinamos através de amostragem, as pastas de funcionários utilizando como base a folha de pagamento de competência dezembro de 2016, constando:

José Fernando da Silva

- Não tem contrato de trabalho na Pasta
- Não tem declaração de dependentes para o imposto de renda na pasta
- Não tem Assinatura na ficha registro de empregados na pasta

Constatamos ainda demais funcionários sem a declaração de dependentes para fins de imposto de renda, observamos em fichas cadastrais dependentes informados.

7.2 – Equiparação salarial

No exercício de 2016 não constatamos situações de equiparação salarial nas folhas de pagamento.

7.3 – Vale transporte e vale alimentação

No exercício de 2016, revisamos os pagamentos dos vales transportes e alimentação aos funcionários, não encontrando situações a serem comentadas.

7.4 – Cartão ponto – jornada de trabalho

A partir do exercício de 2015 o Conselho passou a controlar a jornada diária de seus funcionários através de sistema de cartões pontos.

Horas trabalhadas além das 8 (oito) horas normais diárias estabelecidas em acordo coletivo são computadas no banco de horas, controladas no sistema.



Observamos ainda que em folha de pagamento consta jornada mensal de 220h mensais, configurando jornadas semanais de 44h. A jornada diária dos funcionários do CAU PR, na grande maioria, é das 09h às 12h e das 13h às 18h, com intervalo das 12h às 13h de segunda a sexta, somando assim jornada semanal de 40h, o que pode causar passivos trabalhistas.

7.5 – Plano de Salários

Deliberação Nº 023 de 09 de fevereiro de 2015 aprova o plano de salários dos empregados do CAU/PR, essa deliberação só foi cumprida uma vez em 2019.

7.6 – PPRA e PCMSO

O PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais com vigência 2016/2017 está datado de 09/05/2016. O programa anterior possuía vigência até 09/04/2015.

Já o PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional com vigência 2016/2017 está datado também de 09/05/2016. O programa anterior possuía até 09/04/2015.

7.7 – Livro de inspeção do trabalho

Solicitamos o livro de inspeção do trabalho do CAU/PR, observando que o mesmo está datado de 01 de janeiro de 2012, não possuindo nenhum registro de inspeção.

7.8 – Exames médicos admissionais

Foram examinados os exames de funcionários contratados no exercício de 2016, não sendo encontradas situações a serem comentadas.

7.9 – Adicionais, Auxílios e Gratificações

Em 2016 os Funcionários receberam Adicional Tempo de Serviço – ATS, conforme cláusula oitava do ACT 2015-2017 que é de 1% sobre o salário base do integrante da categoria profissional por ano de atividade. Observamos que a Funcionária Elaine Cristina Nieviadonski Penteado estava de licença maternidade e não recebeu esse adicional.

Em 2016 os Funcionários do CAU/PR recebiam o Auxílio Plano de Saúde conforme Clausula Décima Segunda com vigência de 01/01/2016 a 31/03/2017 onde o conselho pagará 50% sob forma de reembolso da assistência médica contratada pelo funcionário desde que o empregado apresente mensalmente o comprovante, limitado ao valor máximo de R\$ 300,00. Não encontramos nenhum valor de Auxílio Plano de Saúde pago maior que R\$ 300 (trezentos reais).

Em maio de 2016 o funcionário João Eduardo Dressler Carvalho recebeu gratificação por função no valor de R\$ 2.105,41, por ter sido nomeado através da portaria n. 125, de 02 de maio de 2016. Conforme nomeação o valor da remuneração será o grupo ocupacional S XIII, nível 4, do Anexo I da Deliberação n. 023 do CAU/ PR de 09 de fevereiro de 2015, cujo valor é R\$ 4.165,71. A Gratificação de função é a diferença do salário base e a remuneração do grupo



ocupacional. Atualização pela deliberação 303 R\$ 4.165,71. Salário Base R\$ 2.056,59 mais gratificação de função R\$ 2.105,41 igual R\$ 4.162,00.

7.10 – Exame das folhas de pagamento

Conferimos os cálculos e valores informados em folha de pagamento, revisando os valores de proventos e descontos, efetuando confronto com controles e informações do setor de RH do conselho, examinamos também por amostragem as bases de cálculos e retenções de INSS, FGTS e IRRF retidos dos funcionários e parte empresa.

Quanto ao INSS parte empresa, destacamos quanto a classificação do percentual da alíquota RAT incorreta, conforme já comentado neste relatório.

7.11 – Processos Trabalhistas

Conforme nota explica número 2.2 – Práticas Contábeis, letra H) – Passivos Contingentes:

“Em conformidade com o que determina a NBC TG 25, relatamos a existência de 2 processos que o Conselho figura como réu no âmbito trabalhista, sendo estimado o pagamento no valor R\$ 115.000,00 conforme informação do departamento Jurídico. Tais ações podem gerar possíveis perdas ao CAU/PR. Considerando o elevado grau de incerteza, pois em nenhum processo houve qualquer decisão, não foram constituídas provisões para contingências”.

Chamamos a atenção quanto a existência de processos trabalhistas já existentes na época, assim como não foi encontrado/apresentado relatórios jurídicos da época para verificação.

8 – Presidente, Vice Presidente e Conselheiros do CAU/PR no exercício

Conselheiros Gestão 2015-2017

Titular

Jeferson Dantas Navolar – Presidente

Irã José Taborda Dudeque – Vice Presidente

Nestor Dalmira

Orlando Busarello

Aníbal Verri Junior

Carlos Hardt

André Luiz Sell

Margareth Ziolla Menezes

Leandro Teixeira Costa

Ronaldo Duchenes

Bruno Soares Martins

Giovanni Guilherme Medeiros

Rafael Gimenez Gonçalves

Luiz Eduardo Bini Gomes da Silva



Cristiane Bicalho de Lacerda
Ideval dos Santos Filho

Suplente

Carlos Eduardo Salamanca
Eneida Kuchpil
Milton Gonçalves Zanelatto Gonçalves
Alessandro Filla Rosanelli
Caroline Salgueiro da Purificação M. Fenato
Carlos Domingos Nigro
Marcos Batista Veronez
Frederico Rupprecht Silva Bompeixe Carstens
Luiz Becher
Mariane Erbano Romeiro
Rafael Sindelar Barczak
Glaucio Pereira Junior
Maria Francisca Sottomaior Cury
Diorgenes Ferreira Ditrich
Antônio Carlos Zani
Vanderson de Souza Azevedo

ANEXOS:

- I - Proposta/Ficha de Cadastro de Título de Capitalização do Banco do Brasil**
- II – Carta de circularização do CAU PR encaminhada ao Banco do Brasil**